Ã•gua, um bem pÃºblico ou uma mercadoria - 1?

Enviado por Rui Serra
21-Sep-2007

Hoje Ã© consensual que a Ã¡gua, um bem imprescindÃ-vel Ã vida, Ã© escasso e que, por forÃ§a das alteraÃ§Ãµes climÃ¡ticas, serÃ¡ ainda mais escasso nos prÃ³ximos cinquenta anos. TambÃ©m Ã© consensual que num futuro muito prÃ³ximo se corre o risco de a Ã¡gua nÃ£o chegar para todos. E quando isso acontecer a guerra serÃ¡ inevitÃ¡vel. A luta pela vida, pela sobrevivÃªncia, a isso conduzirÃ¡ inevitavelmente.

Perante este quadro, infelizmente bem real, a primeira questÃ£o que se deve colocar Ã© esta: como foi possÃ-vel chegarmos aqui? A resposta nÃ£o Ã© simples, nem linear. No entanto, Ã© possÃ-vel dizer, sem receio de erro, que grande parte da responsabilidade por esta situaÃ§Ã£o se deve Ã adopÃ§Ã£o de modelos de desenvolvimento econÃ³mico onde a primeira e quase Ãºnica motivaÃ§Ã£o foi e Ã© a procura do lucro a todo o custo. E isto que Ã© uma evidÃªncia, mas de que pouca gente fala, devia estar sempre bem presente para que as receitas para resolver o problema da Ã¡gua nÃ£o passem pelas soluÃ§Ãµes que criaram esse mesmo problema, como estÃ¡ a acontecer em Portugal e em outras regiÃµes do mundo onde o capitalismo selvagem Ã moda do sÃ©culo XIX estÃ¡ a tomar conta das diferentes polÃ-ticas governamentais e, o que Ã© ainda mais grave, da forma de ver o mundo por parte significativa dos cidadÃ£os.

Ã•gua, bem fundamental Ã vida e patrimÃ³nio comum de todos.
Num quadro onde se aponta para a sua escassez que fazer para a melhor gerir? A soluÃ§Ã£o parece-me Ã³bvia: a adopÃ§Ã£o dum modelo de gestÃ£o capaz de garantir quatro coisas: 1- Que ninguÃ©m fique privado de Ã¡gua por motivos econÃ³micos, ou seja, que qualquer situaÃ§Ã£o de pobreza nÃ£o seja impeditiva do acesso Ã¡ Ã¡gua; 2- Que o tarifÃ¡rio a implementar pelo consumo da Ã¡gua desonere os consumidores de poucas posses e onere fortemente aqueles que a esbanjam sem necessidade; 3- Que nenhum aglomerado populacional, por mais pequeno que seja, fique impedido de aceder Ã Ã¡gua por muito que isso custe em termos de investimento; 4- Que a distribuiÃ§Ã£o da Ã¡gua seja alvo dum tratamento cientÃ-fico adequado de forma que os seus padrÃµes de qualidade junto do consumidor sejam sempre elevados.

Bem, sendo assim, qual o modelo que garante estas quatro condiÃ§Ãµes, a meu ver consensuais? Um modelo onde um bem comum Ã© apropriado por algumas empresas para ser transformado num negÃ³cio? Um modelo onde o objectivo Ã© transformar a Ã¡gua numa mercadoria para atravÃ©s dela se obter o mÃ¡ximo lucro possÃ-vel, o objectivo natural de qualquer homem de negÃ³cios? Ou um modelo de gestÃ£o pÃºblica da Ã¡gua onde o Estado (ou as autarquias locais que tambÃ©m sÃ£o Estado), com o dinheiro de todos nÃ³s recolhidos atravÃ©s dos impostos, controla todo o processo da gestÃ£o da Ã¡gua tendo como Ãºnica preocupaÃ§Ã£o o bem-estar das populaÃ§Ãµes e nÃ£o o lucro? A resposta parece nÃ£o merecer dÃºvidas para todos aqueles que possuem respeito pela humanidade e que conseguem ver para alÃ©m dos euros das suas contas bancÃ¡rias.

Apesar deste consenso, o que assistimos hoje em Portugal?
A resposta nÃ£o merece dÃºvidas e Ã© deveras preocupante. Hoje em Portugal assistimos a uma polÃ-tica deliberada do Governo destinada a transformar a Ã¡gua

num negÃ³cio e Ã capitulaÃ§Ã£o das autarquias locais face a esta vontade de SÃ³crates e seus ministros, tudo isto feito nas costas dos cidadÃ£os que vivem no total desconhecimento do que se estÃ¡ a passar, eles que sÃ£o o soberano, ou seja, quem mais ordena, aqueles que atravÃ©s do seu voto tÃªm o poder de tirar e pÃ´r governos e executivos camarÃ¡rios.

AtravÃ©s de legislaÃ§Ã£o vÃ¡ria os governos de bloco central (PSD e PS) vÃªm criando dificuldades Ã s autarquias locais. O objectivo Ã© â€œimpedirâ€• que os municÃ-pios se organizem em associaÃ§Ãµes ou em empresas intermunicipais, de capitais exclusivamente pÃºblicos, destinadas a gerir a distribuiÃ§Ã£o da Ã¡gua em alta ou em baixa fora da lÃ³gica da procura do lucro que Ã© a primeira e a principal lei do mercado. O expediente utilizado Ã© simples e refinado. Apela-se aos municÃ-pios que se associem Ã empresa do Estado, â€œÃ•guas de Portugalâ€•, oferecendo-se-lhes em troca garantia de dinheiro para investimento e uma gestÃ£o pÃºblica da Ã¡gua. No entanto, enquanto isto fazem, e Ã medida que a holding estatal vai crescendo economicamente em resultado destes acordos com as autarquias, o Governo vai preparando a sua privatizaÃ§Ã£o, ou seja, a entrega da empresa â€œÃ•guas de Portugalâ€• Ã s empresas do ramo, por forÃ§a da sua privatizaÃ§Ã£o em bolsa.

A esta polÃ-tica, os executivos camarÃ¡rios do Alentejo, que foram eleitos para gerir o patrimÃ³nio pÃºblico e nÃ£o para o entregarem Ã iniciativa privada, entraram num processo de capitulaÃ§Ã£o. NÃ£o aceitaram a proposta do Governo e avanÃ§aram para uma soluÃ§Ã£o que sÃ³ formalmente Ã© diferente desta. A soluÃ§Ã£o adoptada passa pela constituiÃ§Ã£o de empresas intermunicipais onde 51% do capital Ã© das autarquias e 49% Ã© do mundo dos negÃ³cios, como se assim a Ã¡gua nÃ£o fosse transformada numa mercadoria destinada, portanto, Ã obtenÃ§Ã£o de lucro o que, no caso, Ã© incompatÃ-vel com os interesses pÃºblico e de preservaÃ§Ã£o da vida. E foi com esta opÃ§Ã£o que avanÃ§aram.

Torpedeados pelo Governo, que nunca gostou desta soluÃ§Ã£o na medida em que nÃ£o favorecia a â€œengordaâ€• das â€œÃ•guas de Portugalâ€•, viram a sua proposta rejeitada por Bruxelas. Resultado: a capitulaÃ§Ã£o traduzida na tentativa de saÃ-da hÃ-brida para a chantagem do Governo deu em nada. Tivessem as autarquias feito o que era sua obrigaÃ§Ã£o â€“ governar com o povo e nÃ£o nas suas costas â€“ e, muito provavelmente, hoje terÃ-amos empresas intermunicipais de capitais exclusivamente pÃºblicos com as suas candidaturas aprovadas em Bruxelas.

Artigo publicado no DiÃ¡rio do Alentejo â€“ 21/09/2007

Â